

RECURSO ESPECIAL Nº 1.792.164 - RJ (2019/0010929-6)

RELATOR : MINISTRO NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO
RECORRENTE : BANCO SAFRA S A
ADVOGADO : FABIO OLIVEIRA DUTRA E OUTRO(S) - RJ183577
RECORRIDO : GERALDO FERREIRA DE AZEVEDO
ADVOGADOS : VICTOR AZEVEDO SIMEÃO - RJ174408
RUAN CARLOS TRUGILHO CANDIDO - RJ202905
INTERES. : BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S.A
ADVOGADOS : CARLOS EDUARDO CAVALCANTE RAMOS - RJ111030
ALAN SAMPAIO CAMPOS E OUTRO(S) - RJ148140
DEMÉTRIO SILVA PIMENTEL - RJ161571
DEBORA MONTEIRO PONTES - RJ181275
INTERES. : BANCO BMG SA
INTERES. : BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL SA
ADVOGADO : NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES E OUTRO(S) -
SP128341
INTERES. : BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
ADVOGADO : JACKSON UCHÔA VIANNA E OUTRO(S) - RJ024697

DECISÃO

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. RECURSO ESPECIAL. SERVIDOR. MILITAR. DESCONTO EM FOLHA. LIMITE DE 70% DA REMUNERAÇÃO. RECURSO ESPECIAL DO BANCO SAFRA S A A QUE SE DÁ PROVIMENTO.

1. Trata-se de Recurso Especial interposto pelo BANCO SAFRA S A, com fundamento nas alíneas *a* e *c* do permissivo constitucional, contra acórdão proferido pelo egrégio TJ/RJ, assim ementado:

Direito do Consumidor. Apelação Cível. Descontos efetuados em folha de pagamento do autor, militar, referentes a empréstimos bancários. Limitação de descontos em 30% dos vencimentos.

Quanto ao Agravo Retido interposto, verifica-se que na decisão que concedeu a tutela antecipada, o juízo a quo não fixou uma multa, todavia, deu a possibilidade de, em seu descumprimento, ocorrer a aplicação da multa coercitiva.

Nesse sentido, considerando que a parte ré não tem ingerência direta sobre os descontos no contracheque da parte autora a fim de dar fiel cumprimento a ordem judicial, não cabe a aplicação de multa diária, devendo ser invocado e prestigiado o verbete 144 da Súmula deste Tribunal.

O fato do Autor ser militar não altera o limite estabelecido. O limite de 70% dos descontos, previsto no art. 14, 3o., da medida provisória 2.215/01 deve ser interpretado em conjunto com o disposto no art. 21 da Lei 1.046/50.

Documentos acostados aos autos que demonstram a verossimilhança das alegações autorais.

Incidência do Enunciado 295 da Súmula do TJRJ. Preservação do mínimo existencial.

Princípio da dignidade humana (art.1º, III, CF/88).

Agravo Retido do Banco Safra conhecido e provido.

Recursos de apelação conhecidos e não providos (fls. 631).

2. Nas razões do Recurso Especial, a parte recorrente sustenta violação dos arts. 422 do CC, 14 da Medida Provisória 2.215/2001, aos argumentos, em suma, de que *deve-se interpretar conjuntamente o limite previsto no art. 14 § 3o. da aludida Medida Provisória com o disposto no art. 21, acima descrito, para que os descontos efetuados para pagamentos de empréstimos facultativos se limitem a 30%, somente podendo ser ampliado a 70% dos vencimentos, se os 40% restantes forem para pagamento de prestação alimentícia, educação, aluguel de casa ou aquisição de imóvel* (fls. 657)

3. É o relatório.

4. A insurgência merece prosperar.

5. De acordo com a jurisprudência desta Corte Superior, os descontos na folha de pagamento de Servidor Público devem ser limitados a 30% (trinta por cento) de sua remuneração, em função do princípio da razoabilidade e do caráter alimentar dos vencimentos.

6. Porém, o caso ora examinado requer solução diversa daquela adotada pela jurisprudência da Corte.

7. Com efeito, no que diz respeito às controvérsias

relativas a empréstimos consignados em folha de pagamento dos Militares das Forças Armadas, deve ser aplicada a Medida Provisória 2.215-10/2001. Confira-se:

Art. 14. Descontos são os abatimentos que podem sofrer a remuneração ou os proventos do militar para cumprimento de obrigações assumidas ou impostas em virtude de disposição de lei ou de regulamento.

§ 1o. Os descontos podem ser obrigatórios ou autorizados.

§ 2o. Os descontos obrigatórios têm prioridade sobre os autorizados.

§ 3o. Na aplicação dos descontos, o militar não pode receber quantia inferior a trinta por cento da sua remuneração ou proventos.

8. Todavia, a legislação aplicável aos Militares não fixou um limite específico para empréstimos consignados em folha de pagamento, limitou-se a estipular que, aplicados os descontos obrigatórios e autorizados, o integrante das Forças Armadas não poderá perceber quantia inferior a 30% da sua remuneração ou proventos.

9. Assim, o limite dos descontos em folha do Militar das Forças Armadas corresponde ao máximo de 70% de sua remuneração, aí incluídos os descontos obrigatórios e os descontos autorizados, como aqueles efetuados em favor de entidades consignatárias ou de terceiros, conforme regulamentação de cada Força.

10. Em relação aos descontos facultativos em folha de pagamento dos Militares das Forças Armadas, deve ser observada a regra específica prevista no artigo 14, § 3o. da Medida Provisória 2.215-10/2001. Confirmam-se os seguintes precedentes:

ADMINISTRATIVO E CONSUMIDOR. RECURSO ESPECIAL. MILITAR DAS FORÇAS ARMADAS. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER. LIMITAÇÃO DO PERCENTUAL MÁXIMO DE DESCONTO A TÍTULO DE EMPRÉSTIMO CONSIGNADO. VIOLAÇÃO DO ART. 535, II, DO CPC. INDICAÇÃO GENÉRICA. DEFICIÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO. SÚMULA 284/STF. EMPRÉSTIMO CONSIGNADO. PERCENTUAL MÁXIMO. INAPLICABILIDADE DAS DISPOSIÇÕES DA LEI 10.820/2003 E DO DECRETO 6.386/2008. INCIDÊNCIA DO ART. 14, § 3o., DA MEDIDA

PROVISÓRIA 2.215-10/2001. RECURSO ESPECIAL PARCIALMENTE PROVIDO.

1. *Não se conhece da apontada violação ao art. 535, II, do CPC, quando o recorrente deixa de discriminar os pontos efetivamente omitidos, contraditórios ou obscuros, limitando-se a fundamentar a pretensa ofensa de forma genérica. Incidência da Súmula 284/STF.*

2. *Cinge-se a controvérsia jurídica posta em debate acerca do percentual máximo de desconto a título de empréstimo consignado em folha de pagamento para os militares das Forças Armadas.*

3. *É de consumo a relação jurídica travada entre o militar, contratante do empréstimo consignado, e as instituições financeiras, contratadas, a ensejar a incidência das regras protetivas do Código de Defesa do Consumidor, a teor do Enunciado da Súmula 297/STJ, segundo a qual o Código de Defesa do Consumidor é aplicável às instituições financeiras.*

4. *É firme o entendimento no âmbito do STJ no sentido de que frente à natureza alimentar do salário e do princípio da razoabilidade, os empréstimos com desconto em folha de pagamento devem limitar-se a 30% (trinta por cento) dos vencimentos do trabalhador. Interpretação das disposições da Lei 10.820/2003 e do Decreto 6.386/2008, que regulamentou o art. 45 da Lei 8.112/1990.*

5. *Tais normas não se aplicam aos Militares das Forças Armadas, os quais possuem regramento próprio na Medida Provisória 2.215-10/2001, que, mesmo tratando-se de norma anterior, é norma especial em relação aos militares.*

6. *A Medida Provisória 2.215-10/2001 traz norma específica acerca do limite máximo para o descontos sobre a remuneração dos militares das Forças Armadas, ao dispor em seu art. 14, § 3o., que, após a dedução dos descontos obrigatórios ou autorizados para cumprimento de obrigações assumidas ou impostas por lei ou regulamento, o militar não pode receber quantia inferior a 30% (trinta por cento) de sua remuneração ou proventos.*

7. *Desta forma, não restam dúvidas de que a Medida Provisória 2.215-10/2001 autoriza que o somatório dos descontos obrigatórios e autorizados a serem feitos na remuneração ou proventos dos militares das Forças Armadas alcance o limite máximo de 70% (setenta por*

cento) da sua remuneração bruta, assegurando ao militar o direito a receber mensalmente no mínimo 30% de sua remuneração ou proventos brutos. Ou seja, a margem para empréstimo consignado dos militares das Forças Armadas é superior àquela praticada para os demais servidores e o público em geral, podendo alcançar até mesmo a ordem de 70% dos seus vencimentos mensais, sempre observando que o somatório dos descontos obrigatórios e autorizados não ultrapasse o referido percentual.

8. Não compete ao Poder Judiciário alterar esse quantum com base nos princípios da proporcionalidade ou razoabilidade, sob pena de incorrer em flagrante interpretação contra legem, a violar o princípio constitucional da legalidade e a invadir a esfera de competência do Poder Legislativo. Precedentes.

9. Não há que se falar em prestação desproporcional a autorizar a modificação ou revisão das cláusulas contratuais, como assegura o art. 6º, V, do Código de Defesa do Consumidor, isto porque foi o próprio legislador ordinário que assegurou percentual diverso de desconto máximo a incidir sobre os vencimentos dos militares, sendo legítimo o desconto superior a 30% incidente sobre os vencimentos dos militares das Forças Armadas a título de empréstimo consignado, desde que observado que o somatório dos descontos facultativos e obrigatórios não exceda a 70% (setenta por cento) dos vencimentos do militar.

10. A Segunda Turma do STJ já decidiu no julgamento do REsp 1.113.576/RJ, da relatoria da Min. Eliana Calmon, que cabe ao órgão responsável pelo pagamento dos proventos dos pensionistas de militares fiscalizar os descontos em folha, como a cobrança de parcela de empréstimo bancário contraído, a fim de que o militar não venha receber quantia inferior ao percentual de 30% (trinta por cento) de sua remuneração ou proventos, conforme prevê a legislação em vigor (MP 2.215-10-2001) (julgado em 27.10.2009, DJe 23.11.2009).

11. Fixadas as balizas acerca da interpretação do art. 14, § 3º, da Medida Provisória 2.215-10/2001 e tendo em vista não competir ao essa Corte Superior o reexame do conjunto fático-probatório, a fim de verificar se o somatório dos descontos obrigatórios e facultativos incidentes sobre os vencimentos do recorrido superam ou não o percentual máximo de 70%, diante do óbice na Súmula 7/STJ, impõe-se o retorno dos autos à origem para que, com base na prova produzida, proceda ao reexame da controvérsia e fixe a verba honorária.

12. *Recurso especial parcialmente provido* (REsp. 1.521.393/RJ, Rel. Min. MAURO CAMPBELL MARQUES, DJe 12.5.2015).

2 2 2

ADMINISTRATIVO. CIVIL. EMPRÉSTIMO CONSIGNADO. MILITAR DAS FORÇAS ARMADAS. VIOLAÇÃO AOS ARTS. 1o., CAPUT, E 2o., §§ 1o. e 2o., DA LINDB. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 211/STJ. OFENSA AO ART. 535 DO CPC. ALEGAÇÃO GENÉRICA. MEDIDA PROVISÓRIA 2.215-10/2001. NORMA ESPECÍFICA. LIMITE DE DESCONTO DE 70% DA REMUNERAÇÃO OU PROVENTOS, INCLUÍDOS DESCONTOS OBRIGATÓRIOS E AUTORIZADOS.

1. *Observa-se que o Tribunal de origem não se pronunciou sobre a matéria versada no arts. 1o., caput, e 2o., §§ 1o. e 2o., da LINDB, apesar de instado a fazê-lo por meio dos competentes embargos de declaração. Nesse contexto, pois, incide o óbice da Súmula 211/STJ.*

2. *Mostra-se deficiente a fundamentação do recurso especial em que a alegação de ofensa ao art. 535 do CPC se faz de forma genérica, sem a demonstração exata dos pontos pelos quais o acórdão se fez omissor, contraditório ou obscuro. Aplica-se, na hipótese, o óbice da Súmula 284 do STF.*

3. *A jurisprudência desta Corte tem aplicado aos servidores públicos o entendimento de que os arts. 2o., § 2o., inc. I, da Lei 10.820/2003, e 45, parágrafo único, da Lei 8.112/1990, estabelecem que a soma dos descontos em folha de pagamento referentes às prestações de empréstimos, financiamentos e operações de arrendamento mercantil não poderá exceder 30% da remuneração do servidor (AgRg no REsp 1.182.699/RS, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEXTA TURMA, julgado em 6.8.2013, DJe 2.9.2013).*

4. *Todavia, no que diz respeito às controvérsias relativas a empréstimos consignados em folha de pagamento dos militares das Forças Armadas, deve ser aplicada a Medida Provisória 2.215-10/2001, que é o diploma específico da matéria.*

5. *Ao contrário do que estabelecem as leis que regulam o tema em relação ao trabalhadores vinculados ao regime da CLT (Lei 10.820/2003) e aos servidores públicos civis (Lei 8.112/90 e Decreto 6.386/2008), a legislação aplicável aos militares não fixou um limite específico*

para empréstimos consignados em folha de pagamento, mas, antes, limitou-se a estipular que, aplicados os descontos obrigatórios e autorizados, o integrante das Forças Armadas não poderá perceber quantia inferior a trinta por cento da sua remuneração ou proventos.

6. *Consequentemente, o limite dos descontos em folha do militar das Forças Armadas corresponde ao máximo 70% (setenta por cento) de sua remuneração, aí incluídos os descontos obrigatórios (artigo 15 da Medida Provisória 2.215-10/2001) e os descontos autorizados (definidos, pelo artigo 16 da mesma MP, como aqueles efetuados em favor de entidades consignatárias ou de terceiros, conforme regulamentação de cada força).*

7. *Em suma, a parcela da remuneração disponível para empréstimos consignados será aferida, em cada caso, após o abatimento dos descontos considerados obrigatórios, de modo que o militar das Forças Armadas não perceba quantia inferior a trinta por cento da sua remuneração ou proventos.*

8. *Conclui-se, portanto, que, em relação aos descontos facultativos em folha de pagamento dos militares das Forças Armadas, deve ser observada a regra específica prevista no artigo 14, § 3o., da Medida Provisória 2.215-10/2001.*

9. *Recurso especial parcialmente provido (REsp. 1.458.770/RJ, Rel. Min. SERGIO KUKINA, DJe 23.4.2015)*

2 2 2

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO - RECURSO ESPECIAL - PENSIONISTA DE MILITAR - CONTRATO DE EMPRÉSTIMO - LIMITE DE CONSIGNAÇÃO EM FOLHA - DEVER DE FISCALIZAR DESCONTOS EFETUADOS EM CONTRACHEQUES - LEGITIMIDADE PASSIVA DA UNIÃO.

1. *Não obstante a concordância do mutuário na celebração do contrato de empréstimo com a instituição financeira, cabe ao órgão responsável pelo pagamento dos proventos dos pensionistas de militares fiscalizar os descontos em folha, como a cobrança de parcela de empréstimo bancário contraído, a fim de que o militar não venha receber quantia inferior ao percentual de 30% (trinta por cento) de sua remuneração ou proventos, conforme prevê a legislação em vigor (MP 2.215-10-2001).*

2. *Reconhecida a legitimidade passiva da União, na medida em que configurada sua responsabilidade pela inclusão de descontos em folha de pagamento de pensionistas de militares, visto que é o ente público que efetua o pagamento de seus salários.*

3. *Recurso especial não provido* (Resp. 1.113.576/RJ, Rel. Min. ELIANA CALMON, DJe 23.11.2009).

11. Ante o exposto, dá-se provimento ao Recurso Especial do BANCO SAFRA S A. Invertidos os ônus sucumbenciais.

12. Publique-se. Intimações necessárias.

Brasília (DF), 04 de junho de 2019.

NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO
MINISTRO RELATOR